

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2000**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2000, às 10h00, na sede social da Companhia, na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, 100, Bloco B, 13º andar, Jardim Santo Antônio, São Paulo-SP. **PRESENTES:** Os Conselheiros Efetivos Srs.: José Paulo de Oliveira Alves, Michel Gaston Jean Gaillard, Steven Henry Schuler, Marc André Pereira, Luiz David Travesso, Orestes Gonçalves Junior, Joaquim Affonso Mac Dowell Leite de Castro e Mauro Guilherme Jardim Arce, e os Conselheiros Suplentes Srs. Cláudia Silva Araújo de Azeredo Santos e Michel Albert Henry Bourguignon. **MESA:** Presidente: Sr. José Paulo de Oliveira Alves, e Secretária: Sra. Silvia Regina Ribeiro Hoffmann. **ORDEM DO DIA:** 1) Leitura e aprovação da ata da Reunião do Conselho de Administração de 03.03.2000; 2) Apreciação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31.12.1999. Proposta da Administração referente à destinação de resultados e ao pagamento de juros sobre o capital, imputável aos dividendos. Formulação de proposta relativa à remuneração dos Administradores. Exame do edital de convocação da Assembléia Geral Ordinária ("AGO"); 3) Deliberação sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações, no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais). Exame do edital de convocação da Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") para autorização da referida emissão; 4) Apreciação do Contrato de Prestação de Serviços entre a Companhia e a Citeluz Ltda., empresa indiretamente controlada pela EDF Internacional S/A. **ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Abertos os trabalhos, verificado o *quorum* de presença e validamente instalada a presente Reunião, o Sr. Presidente apreciou a renúncia do Conselheiro Robert Ferdinand Diethrich, e do Conselheiro, Sr. Denis Laurent Oules. Na forma do parágrafo 4º do artigo 9º do Estatuto Social, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a nomeação do Sr. Patrice Mees, francês, casado, economista, portador do passaporte 6004964078, domiciliado na 30, rue Jacques Ibert, Paris, França, e do Sr. Patrick Voegeli, francês, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V215049, inscrita no CPF sob o nº 054.315.297-90, domiciliado na Av. Rio Branco, 1, sala 1808, Rio de Janeiro-RJ, para exercerem, respectivamente, os cargos de Conselheiros Efetivo e Suplente da Companhia até a primeira Assembléia Geral que elegerá os novos Conselheiros, face à vacância dos referidos cargos decorrentes das renúncias supracitadas. Em seguida, o Sr. Presidente abordou a matéria constante do **Item 1** da Ordem do Dia, solicitando a leitura da ata da Reunião do Conselho de Administração de 03.03.2000, que restou aprovada, por unanimidade, por todos os Conselheiros, com abstenção do Conselheiro, Sr. Joaquim Affonso Mac Dowell Leite de Castro, por não estar presente à referida reunião. Restou consignado a não instalação da reunião deste Conselho convocada para 13.03.2000. Prosseguindo os trabalhos, o Sr. Presidente deu a palavra ao Conselheiro, Sr. Orestes Gonçalves Junior que, relativamente ao **Item 2** da Ordem do Dia, apresentou, em nome da Diretoria Executiva, o Relatório Anual da Administração da Companhia e as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.1999, os quais foram aprovados por unanimidade, sem qualquer ressalva. A seguir, foi apreciada a seguinte proposta de destinação de resultados a ser submetida aos Acionistas, em assembléia geral ordinária: "Proposta aos Acionistas: **PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - AGO.** Senhores Acionistas: O Conselho de Administração da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 9.457/97, e de acordo com o Estatuto Social da Companhia, submete à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras com as correspondentes Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.1999, bem como a seguinte proposta de distribuição de resultados: 1. Face à apuração do Lucro Líquido do exercício de R\$ 404.360.941,86 (quatrocentos e quatro milhões, trezentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e um reais e oitenta e seis centavos), seja constituída a Reserva Legal, apurada de acordo com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 20.218.047,09 (vinte milhões, duzentos e dezoito mil, quarenta e sete reais e nove centavos); 2. Seja efetuada, para pagamento em 4 de abril de 2000 a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, imputáveis aos dividendos, no montante de R\$ 160.500.000,00 (cento e sessenta milhões e quinhentos mil reais), sendo para as ações ordinárias R\$ 60.253.670,02 (sessenta milhões, duzentos e cinquenta e três mil e seiscentos e setenta reais e dois centavos), correspondente a R\$ 3,618577296 por lote de mil ações e, para as ações preferenciais, R\$ 100.246.329,98 (cem milhões, duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos), correspondente a R\$ 3,980435026 por lote de mil ações, apurados na forma da legislação em vigor e do art. 23 do Estatuto Social da Companhia; 3. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 223.642.894,77 (duzentos e vinte e três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos), acrescido da realização da reserva de reavaliação, no valor de R\$ 7.726.546,10 (sete milhões, setecentos e vinte

e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais e dez centavos), seja destinado à rubrica de Lucros Acumulados, num montante global de R\$ 231.369.440,87 (duzentos e trinta e um milhões, trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e sete centavos). São Paulo, 23 de março de 2000. A Administração." O Conselheiro Marc André Pereira ressaltou o fato da referida Proposta ter sido aprovada, de forma unânime, pela Diretoria Executiva da Companhia. Colocada a proposta em discussão e posterior votação, resultou aprovada por maioria, com votos dissidentes do Conselheiro Mauro Guilherme Jardim Arce no sentido que o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio fosse restrito ao percentual de 25% correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, e dos Conselheiros José Paulo de Oliveira Alves e Cláudia Silva Araújo de Azeredo Santos, no sentido de que o pagamento de juros sobre o capital próprio fosse restrito ao percentual de 25% correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, em virtude da atual situação econômico-financeira da Companhia. As justificativas dos votos dos Conselheiros José Paulo de Oliveira Alves, Cláudia Silva Araújo de Azeredo Santos e Orestes Gonçalves Junior, integram a presente como **Docs. 1 e 2**, respectivamente. Em seguida, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos, a manutenção da remuneração global anual para os membros da Administração para o exercício de 2000 em R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais). A seguir, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, o Edital de Convocação da AGO: "ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. - COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 61.695.227/0001-93. AGO. Edital de Convocação. São convidados os Senhores Acionistas da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A para a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 25.04.2000, às 10h00, na sede da Companhia, na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, 100, Bloco B, 13º andar, Jardim Santo Antônio, São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) apreciar o relatório e tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.1999; b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a homologação do pagamento de juros sobre o capital próprio, imputável aos dividendos; e c) fixação da remuneração anual global dos Administradores. São Paulo, 23 de março de 2000. José Paulo de Oliveira Alves, Presidente do Conselho de Administração". Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente deu a palavra ao Conselheiro e Diretor Executivo e de Relações com Investidores, Sr. Orestes Gonçalves Junior, que apresentou a matéria constante do **Item 3** da Ordem do Dia. Colocada, pelo Sr. Presidente, em discussão a proposta de emissão de debêntures simples da Companhia com as seguintes as suas características: **(i) valor:** o valor total da emissão será de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na data de emissão; **(ii) data da emissão:** para todos os efeitos a data de emissão será a de 1º de abril de 2000 para ambas as séries; **(iii) séries:** a emissão de debêntures ora aprovada será feita em duas séries de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões) cada uma; **(iv) prazos e datas das debêntures:** o prazo das debêntures é, para a primeira série, de 30 (trinta) meses e, para a segunda série, de 36 (trinta e seis) meses, ambos os prazos contados da data de emissão, conseqüentemente, a data de vencimento da 1ª série será 01.10.2002 e a da 2ª série será 01.04.2003; **(v) quantidade de debêntures:** serão emitidas até 700.000 (setecentas mil) debêntures, não conversíveis em ações da Companhia; **(vi) valor nominal unitário das debêntures:** o valor nominal de cada debênture será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão; **(vii) forma:** as debêntures desta emissão são nominativas, não endossáveis; **(viii) espécie:** as debêntures terão como garantia a cessão ou vinculação dos direitos creditórios decorrentes de contratos de fornecimento de energia elétrica da Companhia junto a seus consumidores; **(ix) direito de preferência:** não haverá direito de preferência para subscrição das debêntures pelos atuais acionistas da Companhia; **(x) remuneração:** a remuneração das debêntures será dividida em: (a) atualização monetária com base no Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e (b) juros remuneratórios de 12,20% a.a. (doze inteiros e vinte centésimos por cento ao ano) sobre o valor nominal das debêntures. A remuneração final das debêntures será determinada pela aplicação de ágio ou deságio sobre o preço de subscrição baseado no referencial de mercado, a ser definido no processo de *bookbuilding*; **(xi) periodicidade de pagamento:** as debêntures da primeira série farão jus ao pagamento da remuneração ora definida nos 18º (décimo oitavo) e 30º (trigésimo) meses, a contar da data da emissão, ocorrendo em 01.10.2000 e 01.10.2002. As debêntures da segunda série nos 12º (décimo segundo), 24º (vigésimo quarto) e 36º (trigésimo sexto) meses, contados da data de emissão, ocorrendo em 01.04.2001, 01.04.2002 e 01.04.2003; **(xii) amortização programada:** as debêntures terão amortizações programadas do seu valor nominal, a primeira série nos 18º (décimo oitavo) e 30º (trigésimo) meses, ocorrendo em, 01.10.2000 e 01.10.2002, e a segunda série nos 24º (vigésimo quarto) e 36º (trigésimo sexto) meses, ocorrendo em 01.04.2002 e 01.04.2003, observando, em ambas as séries, o percentual de cinquenta por cento em cada data; **(xiii) local de pagamento:** os pagamentos devidos em decorrência da presente emissão de debêntures serão efetuados por intermédio da Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da Companhia para os debenturistas não vinculados àquele sistema; **(xiv) aquisição facultativa:** a qualquer tempo, a Companhia poderá adquirir no mercado as debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração correspondente à parcela do IGP-M e dos juros, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, mantidas em tesouraria ou colocadas novamente no mercado; **(xv) preço de subscrição:** o preço de subscrição será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição pelo valor nominal atualizado nos termos do item (x), desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização; **(xvi) registro da emissão:** a escritura da emissão de debêntures será registrada em Cartório de Registro de Imóveis do local da sede da Companhia e na Comissão de

Valores Mobiliários; **(xvii) forma de colocação e procedimento:** o lançamento será público, mediante a interveniência de Instituições Financeiras habilitadas, para negociação no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no art. 33 da Instrução CVM nº 13/80; **(xviii) negociação:** a emissão será registrada, para negociação no mercado secundário, por intermédio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições no Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. A seguir, por solicitação do Conselheiro Mauro Guilherme Jardim Arce, o Conselheiro e Diretor Executivo e de Relações com Investidores Orestes Gonçalves Junior procedeu à apresentação da situação do endividamento financeiro da Companhia. Colocada a proposta de emissão em votação, foi aprovada por unanimidade a emissão de debêntures com as características acima. Quanto à destinação dos recursos decorrentes de tal captação, resultou deliberada, por maioria a destinação sem restrições, ficando a critério da Diretoria Executiva determinar a sua aplicação, tendo os Conselheiros José Paulo de Oliveira Alves e Cláudia Silva Araújo de Azeredo Santos manifestado a sua discordância, no sentido de que a totalidade dos recursos fosse destinada exclusivamente ao alongamento do perfil e redução do custo de endividamento da Companhia. As justificativas dos votos dos Conselheiros José Paulo de Oliveira Alves, Cláudia Silva Araújo de Azeredo Santos e Orestes Gonçalves Junior, integram a presente como **Docs. 3 e 2**, respectivamente. O Conselho de Administração deliberou a convocação da Assembléia Geral Extraordinária que será realizada em 04.04.2000, às 10h00, e cujo Edital de Convocação restou aprovado, nos termos abaixo, incluindo as eleições dos Conselheiros efetivo e suplente, face às renúncias tratadas no início da presente Reunião: "ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 61.695.227/0001-93. AGE. Edital de Convocação. São convidados os Senhores Acionistas da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A para a Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 04.04.2000, às 10h00, na sede da sociedade, na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, 100, Bloco B, 13º andar, Jardim Santo Antônio, São Paulo-SP, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. autorização para emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); e 2. Eleição de dois cargos vagos de membros do Conselho de Administração, nomeados na Reunião do Conselho de Administração de 23.03.2000, sendo que, nos termos da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessária à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). São Paulo, 23 de março de 2000. José Paulo de Oliveira Alves, Presidente do Conselho de Administração". Prosseguindo os trabalhos, o Sr. Presidente colocou em discussão e, posterior, votação, a matéria constante do **Item 4** da Ordem do Dia que trata da celebração pela Companhia, em condições compatíveis às de mercado, do contrato de prestação de serviços de gestão relativos à iluminação pública no Município de São Bernardo do Campo, com a empresa Citeluz Ltda., empresa controlada indiretamente pela EDF Internacional S/A. A matéria resultou aprovada, por unanimidade, com abstenção do Conselheiro Joaquim Affonso Mac Dowell Leite de Castro. **LAVRATURA E ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e aprovada, por maioria, a lavratura da presente ata em forma de sumário, tendo os Conselheiros José Paulo de Oliveira Alves, Cláudia Silva Araújo de Azeredo Santos manifestado seu voto favorável à lavratura de maneira integral. Após lida, foi a presente ata por todos aprovada e assinada, sem qualquer ressalva. Atesto que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 23 de março de 2000. Silvia Regina Ribeiro Hoffmann - Secretária. **Certidão:** Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 57.351/00-4, em 29.03.2000. (a) Arlete S. Faria Lima - Secretária Geral.